



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ATA N.º 77

Sessão Ordinária de Dezembro

1.ª reunião em 19-12-2012

Aos dezanove dias do mês de Dezembro de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Maria Isabel Silva Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira Neves, Simão Pedro Tavares Quina, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Victor Manuel Marques Oliveira, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, David Paiva Martins, Artur Paulo Madaíl Lobo, Fernando Manuel Ferreira Carvalho, Telmo Vieira Martins, Antero Marques dos Santos, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Joana Cristina Rodrigues Santos Dias, Rui Miguel Bartolomeu Maio, e Manuel Alberto Vaia dos Reis.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes membros:

Sesnando Alves dos Reis, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, e Carlos Mário Magalhães Anileiro.[.001](#)

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, e José Manuel Gaspar Martins.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Elisabete Krithinas de Freitas, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Ivar Jorge Alves Corceiro, João Pedro Rodrigues Santos Dias, e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Simão Pedro Tavares Quina, Fernando Manuel Ferreira Carvalho, Joana Cristina Rodrigues Santos Dias, Rui Miguel Bartolomeu Maio, e Manuel Alberto Vaia dos Reis, respetivamente.[.003](#)

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Victor Manuel da Silva Martins e Armando Manuel Dinis Viera, se fizeram substituir nesta reunião, respectivamente, por Victor Manuel Marques Oliveira e Firmino Marques Ferreira.

Os sucedâneos na lista de candidatura, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Marco António da Costa Gonçalves, Maria João Moreira Dinis, Nelson Ricardo Esteves Peralta, António Manuel Santos Salavessa e Filipe Seça Neves Barbado Guerra, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa, deu nota da correspondência⁰⁰⁴ recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁰⁵

“Senhor Presidente, se me é permitido, qual é o teor do ofício enviado pela Assembleia da Mealhada em relação à Reforma Administrativa Autárquica?”

Presidente da Mesa⁰⁰⁶

“Os Serviços farão chegar a todos cópia do respetivo parecer.”

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Dezembro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2. – Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Aveiro e Serviços Municipalizados de Aveiro para 2013, Mapa do Pessoal da Câmara Municipal de Aveiro, e autorização genérica para a realização de Compromissos Plurianuais ao abrigo da Lei 8/2012 - aprovação;

Ponto 3. – Regulamento Municipal de Ruído – aprovação;

Ponto 4. – Estatutos da AGIR (revisão) – aprovação.

Continuando, o Presidente da Mesa, colocou à apreciação e votação do plenário as atas das reuniões anteriores nos termos que se seguem: ⁰⁰⁷

Ata n.º 66 – Sessão Extraordinária de Setembro - 1.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, zero votos contra, e uma abstenção.

Ata n.º 67 – Sessão Extraordinária de Setembro - 2.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, zero votos contra, e uma abstenção.

Ata n.º 68 – Sessão Ordinária de Setembro - 1.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Ata n.º 69 – Sessão Ordinária de Setembro - 2.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Ata n.º 70 – Sessão Ordinária de Setembro - 3.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Ata n.º 71 – Sessão Ordinária de Setembro - 4.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Ata n.º 72 – Sessão Ordinária de Setembro - 5.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Ata n.º 73 – Sessão Ordinária de Setembro - 6.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Ata n.º 74 – Sessão Ordinária de Setembro - 7.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

De seguida, o Presidente da Mesa nos termos regimentais deu início⁰⁰⁸ ao Período de Intervenção do Público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Usou da palavra o munícipe *Mário Costa Pimental Lavrador* ⁰⁰⁹, na qualidade de Diretor da Escola Mário Sacramento, veio expor um assunto relacionado com o projeto de modernização da Escola Mário Sacramento e o atraso verificado no arranque da 2.ª fase.

Usou da palavra a munícipe *Ana Paula Monteiro barbosa de Magalhães Pinto Ferreira*,⁰¹¹ na qualidade de Presidente da Associação de Pais da Escola Mário Sacramento, veio expor um assunto relacionado com o projeto de modernização da Escola Mário Sacramento e o atraso verificado no arranque da 2.ª fase.

Usou da palavra o munícipe *Júlio Manuel Jesus Catarino*,⁰¹³ proprietário de estabelecimento comercial no Rossio, veio expor assunto relacionado com o projeto de renovação e orientação do trânsito na Rua João Mendonça no Rossio, em nome dos comerciantes apresentar o seu descontentamento com o referido projeto.

Usou da palavra o munícipe *Romeu Marquez de Oliveira Leite*,⁰¹⁵ proprietário de estabelecimento comercial em Azurva, veio expor assunto relacionado com estado atual da via pública, na rua Ferreira de Castro em Azurva, e dos prejuízos que causa ao seu estabelecimento.

(Entretanto deram entrada na sala os vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Celina Capão Lourenço França Alves e Paulo Alexandre Florentino Marques.)

O Presidente da Mesa concedeu a palavra aos seguintes vogais:

Membros da Assembleia

Vogal Manuel Vaia Reis (PCP)⁰¹⁷

Vogal Rui Maio (BE)⁰¹⁸

Presidente da Mesa⁰¹⁹

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰²⁰

Vogal João Barbosa (PS)⁰²¹

Vogal Paulo de Jesus (PS)⁰²²

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰²³

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰²⁴

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁵

“Quanto à Mário Sacramento já aqui foi feito, e muito bem, um enquadramento histórico pelo Dr. Mário Lavrador, no que diz mais propriamente respeito ao envolvimento do município dizer que ocorreu há poucos dias uma reunião, em que o nosso Vereador da Educação, Dr. Pedro Ferreira, reuniu com o Director da Escola, com a Associação de Pais, Com o Presidente da Junta e com a representante do Conselho Geral para avaliar a situação e sei que já fez diligências no sentido de procurar corresponder àquilo que foi o pedido formulado pelos responsáveis escolares e àquilo que é também naturalmente o desejo do município.

Quanto ao terreno ele foi já integralmente pago pela Parque-Escolar ao município — portou-se muito bem a Parque-Escolar.

Quanto ao plano B. Bem, estamos no plano A, pode haver em alternativa plano B. Mas é neste plano A que nós temos de tentar convencer os responsáveis, quem tem o poder de decisão, a justeza da nossa posição e da necessidade de concluir uma obra, que é naturalmente mais do que evidente.

Quanto à João Mendonça, dar nota de que o executivo aprovou muito recentemente um estudo prévio, no fundo com a ideia de criar um documento base de suporte para uma natural participação e envolvimento dos cidadãos em relação a esses estudos. Foi hoje realizada uma primeira reunião na Associação Comercial de Aveiro, recolheram-se já diversas sugestões, na sequência disso ficou já marcada uma segunda reunião para o início de Janeiro, novamente, para a equipa que esteve hoje a apresentar aquele resultado fruto da reflexão que produziu quanto às ideias que foram apresentadas hoje, De modo que este é um processo que está a fazer caminho e naturalmente dentro daquilo que é possível irá ter em conta os pareceres e as opiniões dos cidadãos.

Pedir também desculpa à Junta, não houve previamente um contacto formal em relação a este estudo prévio, naturalmente estamos ainda muito a tempo de corrigir essa situação, e de envolver a Junta neste processo também.

Quanto à rua Ferreira de Castro, conforme o cidadão Romeu Leite aqui expressou, não estão em causa a intervenção, ela é mais que urgente, pecou por muito tardia, pecou fundamentalmente pela morosidade que está a ter. Nós vamos avaliar e averiguar aquilo que se passa junto dos Serviços. Vamos concluir com urgência o arranque das árvores que falta arrancar para a requalificação do passeio, que é o que está aqui em causa. Muito obrigado.”

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa⁰²⁶ deu início nos termos regimentais ao período de antes da Ordem-do-Dia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto os seguintes vogais:

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Membros da Assembleia

Vogal Manuel Vaia Reis (PCP)⁰²⁷

Vogal Rui Maio (BE)⁰²⁸

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Raúl Ventura Martins)

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰²⁹

Vogal Rui Maio (BE)⁰³⁰

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰³¹

Vogal Manuel Vieira dos Santos (PS)⁰³²

Presidente da Mesa⁰³³

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁴

“Muito obrigado Senhor Presidente. Uma coisa muito rápida, simples, mas que para mim tem um significado muito especial. Gonçalo Luís Barbosa Lé, falecido em 4 de Dezembro, com 70 anos. Gonçalo Lé era um homem de temperamento por vezes difícil, impulsivo inclusivamente, quando as coisas não lhe corriam de feição, mas extremamente voluntarioso, lutador, entusiasticamente defensor da cultura popular e tradições aveirenses. Vivia e defendia Aveiro como poucos, à sua maneira é certo, mas indiscutivelmente com chama e entusiasmo e daí por vezes as razões do seu feitio temperamental. Sempre disponível para colaborar com as autarquias, em particular a Glória e principalmente com a Câmara Municipal, através dos grupos cénicos e etnográficos que criou e dirigiu, recriando tradições do passado e promovendo actuações, onde o objectivo era simplesmente cantar e divulgar Aveiro. Foi Presidente da Assembleia de Freguesia da Glória entre 1997 e 2005. Em meu nome pessoal e todo o executivo da Junta de Freguesia da Glória, proponho que esta Assembleia aprove um voto de pesar ao aveirense Gonçalo Lé. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa⁰³⁵

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁶

“Senhor Presidente, Senhores Deputados. Os direitos para as Assembleias Municipais têm por obrigação defender os interesses do concelho a que presidem, as suas raízes, a sua história, o seu património. Algumas vezes na defesa do interesse partidário esquecem-se dos seus deveres.

Infelizmente temos neste país uma maioria que ao mesmo tempo que diz maravilhas das autarquias locais, acaba com elas! Uma maioria que diz bem dos autarcas, mas que limita os seus poderes de intervenção e a sua esfera de autonomia consagrada na Constituição.

Em suma, uma maioria que prossegue, que persegue e ataca o património nacional, que são as freguesias e os municípios, ou não fossem eles, este Governo, os vendedores da pátria como diz hoje o “El País”.

Porque no “El País” vem hoje a dizer que Portugal está à venda! Por estranho que pareça uma pequena maioria desta Assembleia, numa atitude seguidista, não se importou de ser o “coveiro” de algumas freguesias do nosso concelho.

É uma verdade que cada um tem aquilo que merece, mas não nos conformamos! Nesta Assembleia foi aprovado em 15 de Novembro uma proposta para a extinção de algumas freguesias. Uma proposta que a meu ver foi pouco transparente e com grandes irregularidades.

É inadmissível que a Mesa da Assembleia, que tem por obrigação defender a legalidade democrática, alinhe numa atitude política de defesa dessa ilegalidade, vejamos. Por obrigação da Lei, a Assembleia Municipal devia ter enviado em devido tempo a proposta aqui apresentada às Assembleias de Freguesia para discussão e estas pronunciarem-se e mandarem a sua pronuncia para esta mesma Assembleia ou a sua decisão. Nada disto aconteceu.

O envio para a Unidade Técnica devia ser até ao dia 15. Não é como quiseram interpretar e como alguém de Lisboa tentou numa atitude errada dar a impressão que estava certa, porque o que diz é assim: “entendimento da Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território, o prazo previsto no artigo 12.º da Lei 22/2012, termina a 15 de Outubro de

2012”. Foi deliberado nesta Assembleia a extinção das Freguesias à 1.30 horas do dia 16! Senhor Presidente, o ofício 656 desta Assembleia com data de 15/10 de 2012 diz o seguinte: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território, excelentíssimo Senhor, no seguimento da aprovação por maioria por parte deste Órgão Municipal na Reunião Ordinária de Setembro, realizada no dia 15 de Outubro, remeto-lhe em anexo a pronúncia do projecto para Reorganização Administrativa Autárquica do Concelho de Aveiro, bem como os documentos apresentados a este Órgão por algumas das actuais das Juntas de Freguesia.

Senhor Presidente, gostávamos de saber que documentos foram enviados respeitantes às Juntas de Freguesia? Senhor Presidente, com que intenção foi enviado este ofício no dia 15/10? Será que já sabiam que ia ser aprovado (e é normal) enviaram para Lisboa mesmo no dia 15, se assim foi é grave! Senhor Presidente, Senhores Deputados, como já é do conhecimento público quatro freguesias de Aveiro, que não se conformam com a extinção das freguesias, porque não querem acabar com as suas raízes e com a sua história, que não querem ser “coveiros” em Aveiro, estão a estudar a viabilidade de impugnar a decisão desta Assembleia e de seguida tomar outras medidas, para que esta vergonha dos vendilhões de Portugal (e cada vez há mais) não vá para a frente.

É vergonhoso e é mau, que o PSD e o CDS em Aveiro, que poderiam fazê-lo de outra maneira, que podiam ficar bem na fotografia, tenham feito tudo para acabar com as ditas freguesias. Para já fico-me por aqui Senhor Presidente.”

Presidente da Mesa:[037](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Apenas três pontos para ficar claro em relação a parte da sua intervenção.

A primeira é que estamos aqui, estivemos e estaremos sempre para zelar, por indicação dos aveirenses, da legalidade democrática e do funcionamento da democracia em Aveiro.

Ponto dois, os nossos Serviços e o nosso Gabinete é um edifício totalmente transparente a qualquer das Senhoras e dos Senhores Deputados, poderá ter acesso a qualquer tipo de documentação de modo objectivo e transparente.

Ponto três, trataremos sempre com isenção qualquer tipo de factos que decorram da própria discussão política e designadamente na tramitação e no veículo de decisões democraticamente realizadas por votação deste Parlamento.

E por consequência, que fique bem claro, que esta mesma circunstância ocorreu em todos esses factos.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)[038](#)

Presidente da Mesa[039](#)

Primeiro Secretário da Mesa – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[040](#)

“Eu peço imensa desculpa (posso passar para ali), mas queria apenas perguntar ao Senhor Presidente da Junta, se considera nessa sua classificação de “vendilhões de Portugal”, se integra naturalmente todos os elementos da bancada da maioria aqui presente que aprovaram essa proposta. Fiquei com essa dúvida!?”

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[041](#)

“Eu quando estava a falar, tenho um grande respeito pelos elementos que se encontram aqui e naturalmente se Vossa Excelência estivesse com um bocadinho de atenção ao que eu disse, eu quando me estava a referir a isso, estava-me a referir ao Governo de Portugal.

E só depois é que comecei a falar. Porque eu quando falei nos “vendilhões da Pátria”, daqui falei em seguidistas. Agora os “vendilhões da Pátria”, falei, tive o cuidado até de falar, no que vem no “EL País” de hoje.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[042](#)

“Ex.ma Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas. Eu confesso que não esperara da parte do Senho João Barbosa este tipo de intervenção! Compreendo que esteja magoado devido à reorganização das freguesias no centro urbano, mas daí a vir lançar aqui o anátema de todos seremos um “vendilhões da Pátria” é algo perfeitamente descabido, e ofensivo. E eu, como qualquer elemento da bancada que suporta esta coligação não pode aceitar de maneira nenhuma. O Senhor João Barbosa não é ninguém, não tem autoridade nenhuma, para vir aqui chamar-nos de “vendilhões da Pátria” ou ao Governo. Porque quem pôs na agenda a reforma da administração autárquica foi o Partido Socialista através do “Memorando de Entendimento” E foi o PS que chamou a Troika, com as calças na mão (passo a expressão) porque estávamos a entrar em falência. Portanto não vamos utilizar determinados tipos de argumentos, porque de facto isso sim foi uma vergonha vir aqui esgrimir argumentos da forma como o Senhor João Barbosa o fez.

Também gostaria de dizer que nós estamos aqui para defender os interesses de Aveiro. Senhor deputado eu não sou fotogénico e não fico bem nas fotografias, mas o senhor fica. E acredito que muitas as posições que o Senhor toma é apenas para ficar bem na fotografia. Por aqui me fico.”

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[043](#)

“Eu gostava de dizer ao meu amigo Olinto Ravara o seguinte. Eu tenho o direito moral de chamar aqui à atenção no que veio no “El País” hoje. Eu tenho esse direito moral, porque o meu passado político fala nisso, diz-me isso, e defendi sempre a freguesia em que estou à frente dessa freguesia. E admiro-me que as pessoas que eu conheço bem e que eu não as ofendi, e que eu já o disse aqui ao Senhor Professor, porque eu do Governo disse o que disse, dos elementos desta Assembleia quero dizer o seguinte: que deviam ter vergonha, porque nasceram nessas freguesias, e não defenderam sempre essas freguesias — e não digo mais nada. No entanto, dizem “que a proteção do São Gonçálinho e o Beira-mar e não sei quê” e acabam com as freguesias!? Deviam ter vergonha.”

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)[044](#)

Vogal Marques Pereira (PS)[045](#)

Vogal Raúl Martins (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[046](#)

“Senhor Presidente, estamos nas vésperas da entrada em vigor do mais gravoso Orçamento de Estado que há memória. Um Orçamento de miséria! Um Orçamento de retrocesso social, um Orçamento ameaçador dos direitos lavrados na nossa Constituição.

Este Orçamento prejudica todos os Portugueses, mas principalmente os mais fracos e os que têm menos defesas à luz de um endividamento colossal deixado pelo anterior Governo. Tomam-se medidas que põem em risco a coesão social e podem gerar graves consequências políticas e sociais. É que as medidas que têm sido tomadas não só não têm resolvido o problema, como o tem agravado.

Sacrifica-se a Economia à luz da dívida, mas a dívida aumenta. Esmaga-se o povo para diminuirmos o défice e o défice aumenta. Tudo para salvar os bancos, coitados, e acalmar os ditos mercados.

Mas antes que tal aconteça, a classe média vai desaparecer e o povo vai morrer à fome enquanto alguns se banqueteam à mesa do Orçamento. Aliás, esta actuação genética é o modelo da direita que nos Governa no país e em Aveiro.

O argumento é sempre o mesmo o da “dívida colossal”. Medidas semelhantes e resultados semelhantes, também entre nós, já poupámos para alcatroar quatrocentos quilómetros de estradas.

Mas não há dinheiros para pagar às Juntas de Freguesia, aos credores ou comprar uma simples embalagem de toner. Claro que o Dr. Pedro Ferreira fala mais depressa do que o Dr. Gaspar e usa o PowerPoint em vez do Excel para explicar as suas medidas. Mas a matriz política é a mesma.

O Dr. Élio Maia não terá à sua mão uma Troika que o aconselhe, não tem o etíope, o careca, nem o alemão, mas tem o Eng.º Carlos Santos, tem o Dr. Pedro Ferreira e a Dr.ª Maria da Luz.

E o que realmente nos estranha é que pessoas tão diferentes, e de tão diferente condição, utilizam a mesma cartilha política.

Fala-se que a TAP vai ser vendida por uma meia dúzia de patacos, mas em Aveiro esta Câmara ainda pagou para dar a maioria do capital do PDA à Visabeira!

Claro que tal e qual a TAP, tal e qual como a PDA, a TAP também vai prosperar e criar riqueza e emprego. Pensa-se em concessionar, em vender a TAP e concessionar o serviço público de televisão. Mas Aveiro já foi precursora com a concessão da água a AdRA!

Essa medida dúbia que hipotecou a joia da coroa aveirense — obviamente, tudo a bem da transparência dos negócios e do serviço público. Privatize-se, privatize-se, privatize-se, o lucro. Porque obviamente que os prejuízos são sempre públicos ou pelo menos nacionalizáveis.

Interessante é notar que em Aveiro se começam a adotar algumas das diretivas e processos que vêm a ser seguidos a nível nacional! O Governo recusa-se a renegociar a dívida; a Câmara de Aveiro também. Ambos invocam que esse facto iria penalizar ainda mais as populações, como se tal fosse possível.

O imóvel dos CTT 's em Coimbra, após ter sido avaliado em dezassete milhões de euros foi vendido por 14,7 milhões de euros à Demague, que o revendeu nesse mesmo dia com preço acrescido de 33% à Espírito Santo Activos Financeiros.

Em Aveiro, na madrugada de um sábado, um prédio incluído num inventário do município por um valor real de mercado de cerca de 2,3 milhões de euros, foi vendido pela Câmara pelo valor inferior a 1,3 milhões de euros, e imediatamente revendido com um lucro de cerca de 100%, por 2,5 milhões de euros à NIVEL 2.

Embora pareçam semelhantes, quero aqui frisar isso, os casos nada têm a ver um com o outro. Pois ao que se sabe o cheque da Demague tinha provisão e foi regularmente cobrado. Esperamos sinceramente (e com isto termino) que o povo acorde e esta situação que vivemos seja modificada e oxalá o seja por meios democráticos. Disse.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰⁴⁷

Vogal Joana Dias (BE)⁰⁴⁸

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁴⁹

Presidente da Mesa⁰⁵⁰

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵¹

“Muito obrigado Senhor Presidente. Neste Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD), gostava de retomar um tema que já aqui foi falado por alguns Senhores Presidentes de Junta e não só, que é o processo da fusão de freguesias.

De facto às vezes dá-me a impressão que se pretende mais desinformar do que propriamente informar. Porque nós não estamos e não estivemos, e este processo não pretende de maneira

nenhuma que haja a extinção de freguesias, antes pelo contrário. Aquilo que se pretende é que haja um reforço das freguesias.

A Assembleia Municipal de Aveiro podia não se ter pronunciado. Mas ainda bem que o fizemos. Estão a invocar que se o fizemos depois da meia-noite, se o fizemos antes da meia-noite, isso para mim não é importante. Aliás, não devia ser importante para nenhum de nós aqui, porque se não houvesse decisão nenhuma por parte desta Assembleia, significa que quem vai propor a fusão de freguesias terá que ser a Unidade Técnica deste processo e por isso ainda teríamos uma redução muito maior de freguesias do que aquela que nós propusemos, porque é uma proposta equilibrada e que vai ao encontro daquilo que nós pretendemos que realmente as freguesias sejam. Que sejam unidades congregadoras de um conjunto de habitantes que habitam uma determinada região, com determinado tipo de especificidades e que possam pela sua dimensão e pela disponibilidade dos seus autarcas, poder responder a algumas questões que possam ser tratadas a esse nível autárquico e que possa haver aquilo que eventualmente agora poderíamos dizer uma delegação de competências e que no futuro espero que não seja nenhuma delegação de competências, mas que sejam competências por direito próprio que as freguesias possam ter.

E por exemplo, ainda hoje aqui tivemos antes do PAOD, dois municípios que podiam ter tratado dos seus assuntos exactamente nas suas freguesias, se essas suas freguesias tivessem exactamente essas competências, que era o tratamento do arranjo dos passeios, o acompanhamento deste género de coisas e que por isso há aqui um espaço muito grande, que nós devíamos lutar por ele.

E por isso é que eu não entendo porque é que alguns Senhores Presidentes de Junta não se juntam a esta maioria que apoiou esta proposta e pelo contrário queiram ver nesta maioria uma minoria, coisa que não é. E em democracia não fica bem, porque realmente foi um conjunto alargado de membros desta Assembleia Municipal, que por direito aqui estão, que decidiram depois de um debate que nós fizemos e condicionados por uma Lei, que tomámos esta nossa decisão. E por isso, eu acho que foi uma decisão que nós tomámos e que foi bem tomada e que vai ser a benefício de todos. Por isso eu espero que os Senhores Presidentes de Junta possam também juntar-se a nós, para explicar à população, qual o benefício desta decisão que nós aqui tomámos em Aveiro. Muito obrigado.”

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁵²

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰⁵³

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰⁵⁴

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁵⁵

Presidente da Mesa:⁰⁵⁶

“Concluído o debate e antes de conceder o uso da palavra ao excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, agradeço aos Serviços, que já nos fizeram chegar a documentação que permite responder aos factos solicitados.

O primeiro facto que tínhamos a referir é o seguinte: esta Mesa foi informada previamente à Reunião de 15 de Outubro pela entidade nacional receptora dos actos de pronúncia, que a data de início da Sessão é que marcaria a respectiva documentação.

Esta fonte foi uma fonte da entidade nacional. Tal facto é por mim referido na Acta n.º 69, página 34 do quadriénio 2009/2013. E o documento de pronúncia aprovado por maioria e por consequência pela vontade e pelo sufrágio deste hemiciclo, foi enviado terça-feira 16 de Outubro de 2012 à 1:31 horas da manhã. E só não faço chegar fotocópia destes documentos ao Senhor excelentíssimo Deputado João Barbosa, porque sei também pelos Serviços que está felizmente na sua posse, como aliás é exemplo da transparência deste mesmo acto. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁷

“Parece-nos que há aqui três questões que poderão ser abordadas. A primeira em relação à Makro, na altura informei que poderia informar, e naturalmente que devemos informar, é nosso dever. Mas em relação a isso e aos pormenores estou como o Senhor Presidente da Assembleia Municipal quanto à memória, já não consigo neste momento reproduzir com rigor tudo o que pode estar em causa, de modo que, para que a informação possa ser correcta, para que não falhe, sugeria-lhe a hipótese de um requerimento à própria Mesa que depois vai para a Câmara, vai para os serviços e eles darão a informação.

Felicitar a oportunidade, a justeza, e o conteúdo da proposta feita pela Junta de Freguesia da Glória, no voto de pesar em relação ao amigo de todos nós, o Sr. Gonçalo Lé.

Vem em reforço também daquele que já foi aprovado por unanimidade no executivo municipal e parece-nos a nós que mais do que justo é justíssimo essa palavra de afecto e de atenção a uma pessoa que a todos nos marcou.

Última nota para a questão do complexo desportivo do IPDJ. A pessoa que lançou o desafio já não está aqui! Como sabem desde 2001 a 2008, foi assinado um protocolo entre na altura o IDP e o município de Aveiro, mediante o qual a gestão quer do pavilhão, quer da piscina, quer do espaço intermédio que lá existe, ficava cometida ao município de Aveiro. Foram sete anos que o município ao fazer essa gestão assumiu de facto o pagamento, e penso que isso já foi aqui referido oportunamente, aquando da denúncia da nossa parte desse protocolo, a Câmara assumia todas as despesas inerentes ao funcionamento, da água, a luz, o gás, limpezas, etc. Nessa altura e também a informação foi aqui prestada, na estimativa de custos que terão, que terá sido suportado pelo município durante esses sete anos houve aí um gasto de cerca de um milhão e quatrocentos mil euros. Isto é, imputando todos os custos àquela gestão houve um gasto no município de cerca de duzentos mil euros por ano.

Com a denúncia desse protocolo pela nossa parte (e naturalmente fomos nós que denunciámos unilateralmente), tomámos essa posição, mas ela só se concretizou mediante um acordo prévio que foi obtido na altura com o Secretário de Estado do Desporto, que garantiu que a partir de 1 de Janeiro de 2009, passaria, retomaria, toda a gestão do complexo e assumiria a partir dessa data todas as despesas. Isto é, foi-nos possível a nós renunciar ao protocolo, mas manter aquilo que para nós era o mais importante que era as piscinas em funcionamento e os clubes em actividade e manter toda a dinâmica. A única coisa que mudou aqui foi os custos, deixaram de estar a ser suportados pelo município e passaram a ser suportados (na altura) pelo IDP, agora IPDJ. Está feito o enquadramento sumário do processo.

Quanto ao ponto de situação actual, recentemente como penso que é público, o IPDJ Instituto Português do Desporto e da Juventude, fundamentando-se em razões de legalidade e aqui está uma Lei que estabelece o princípio da onerosidade em relação a estes equipamentos, fundamentando-se com esse enquadramento legal, o IPDJ notificou quer o Galitos, quer o Alavarium, para a entrega das chaves do pavilhão e da piscina até ao dia (penso) 15 de Dezembro deste ano.

Os clubes tinham que proceder à entrega ao Delegado do Centro do IPDJ as chaves até esse dia. No fundo foi esse o problema no qual nos envolvemos naturalmente por solicitação e iniciativa dos próprios Clubes e procurámos ajudar a resolver.

E havia dois objectivos que procurávamos atingir. O primeiro era claramente conseguir anular aquela notificação, fazer com que aquela notificação não tivesse força, não fosse cumprida, isto é, houvesse ali uma permissão e uma abertura por parte da entidade, em não obrigar a entrega das chaves dentro daquele prazo.

E o segundo era também, aproveitando isto, procurar encontrar uma solução para o futuro. Portanto no essencial era uma solução para o imediato e depois encontrar uma solução para o futuro.

Foram desenvolvidos diversos contactos, muitos contactos já há algum tempo, portanto isto não começou agora, este processo já tem algum tempo e na sequência desses contactos que foram desenvolvidos e das garantias que foi possível ir obtendo, na passada segunda-feira, decorreram reuniões em Lisboa na Secretária de Estado das Finanças e na Secretaria de Estado do Desporto, com alto representante de qualquer destas entidades, destes organismos, bem também com o Presidente do IPDJ. Dessas Reuniões, que no fundo selaram aquilo que tinham sido as conversas havidas anteriormente, foi atingido plenamente o primeiro objectivo, portanto o complexo desportivo continua em funcionamento e os clubes e as entidades que lá estão prosseguem a sua normal actividade. E o segundo, em relação ao segundo objectivo, foi expressa a disponibilidade da Secretaria de Estado das Finanças e do IP DJ, em poder vir a verificar-se uma Sessão a título precário, em termos de gestão ao município. Isto foi, o que foi garantido. Da nossa parte, da parte de todos e esteve o município presente, estiveram os Representantes também, os Presidentes das Direcções dos dois Clubes, da nossa parte ficámos de procurar com todas as Instituições envolvidas e são mais do que o Galitos e do que o Alavarium, portanto há mais entidades, nomeadamente a escola, envolvidas neste processo, abrir um espaço local de diálogo entre todos, para se avaliar quanto à possibilidade de podermos chegar a um entendimento entre todos, para remeter uma proposta, para a Secretaria de Estado das Finanças. Pronto este é o ponto de situação, estão já marcadas Reuniões com a Delegação do Centro do IPDJ, que também participou nas Reuniões em Lisboa, com as entidades, com o Alavarium, com o Galitos, vamos marcar com a escola, também com as outras entidades que lá estão, no fundo para procurarmos aqui uma solução alargada e consensual que sirva os interesses de todos. Pronto não é líquido, penso que já saiu na Delegação Social, que o município vai gerir. Neste momento o município não o assumiu nenhum compromisso, a não ser o de procurar localmente com as entidades, encontrar uma solução. Pode vir a acontecer, pode não vir a acontecer, depende da solução que venha a ser encontrada, em conjunto com todos os intervenientes neste processo, sendo que aquilo que era o mais importante está resolvido.

Quanto às duas questões, qual delas é a verdade? A primeira quanto à vocação, continuo a sentir isso, portanto o município não tem vocação para gerir também equipamentos desportivos, tem outras coisas que fazer, que não essa gestão e só uma situação de muita pressão, só um facto muito ponderoso, que nos obriga a envolver numa solução, é que nos levará para lá e naturalmente e independentemente daquilo que possamos em termos de filosofia, perspectiva da nossa actuação, há sempre também o caso concreto e neste caso concreto é decisivo e é importante para os clubes, é decisivo e é importante para a comunidade aveirense, que aqueles dois equipamentos continuem em pleno funcionamento, o município tem sempre que ser parte da solução e não andar para lá a arranjar mais problemas.

Portanto quanto à segunda já está respondido, o município não assumiu nenhum compromisso lá, vamos gerir, é evidente que há muita coisa a conversar até chegarmos a esse ponto. Agora é claro isto, houve muita disponibilidade, houve muito empenho e quero aqui relevar que para isto contribuiu muita gente, nomeadamente diversos deputados de Aveiro, que deram um contributo muito importante e quero relevar o Dr. Ulisses Manuel, o Dr. Filipe Neto Brandão, pronto, quiseram contributos, eu sei que na Comissão que reuniu quando foi lá o Director do IPDJ, foi importante também o contributo, no fundo como em tudo é sempre com o contributo de todos que se consegue obter sempre soluções desta natureza. Houve uma abertura muito franca, muito franca, porque há constrangimentos legais muito fortes, nós muitas vezes não vivemos esses assuntos com profundidade, mas o próprio Estado tem constrangimentos legais nesta existência de equipamentos, há o princípio da onerosidade que o Estado tem que cumprir, isto é, o Estado não pode e o problema suscita-se aqui exactamente assim, é que quando há uma entidade como o IPDJ, que está a gerir um equipamento utilizado por outros e está a pagar despesas legalmente que não devia pagar, e

coloca-se aqui esta situação dúbia, que importa esclarecer e importa resolver e é importante para todos.

Quanto à questão da postura reactiva da Câmara, primeiro deixamos que as coisas aconteçam e depois é que reagimos só nos limites dos limites, eu penso que não é bem assim. Tem a ver um pouco com o feito, os problemas vão surgindo e nós vamos trazendo à praça pública e quero dizer por exemplo que quando o PS saiu com o comunicado com aquela reacção, aquilo estava a passar pelo facto de não fazermos nada, estava tudo feito, portanto já tínhamos feito quando põem um comunicado a dizer que não estava feito. Portanto se há alguma coisa que está tarde, não é propriamente a acção que procuramos que se aconteça no imediato na acção, mas é depois também a Reunião neste caso até foi a reacção. No fundo nota final, foi possível com os clubes, com o envolvimento de muita gente, com uma abertura excelente do Senhor Secretário de Estado do Desporto e da Juventude que foi excepcional, ele fez questão por exemplo, no final destas reuniões todas que tivemos em Lisboa, receber-nos a nós e aos clubes e ter uma reunião connosco, pronto houve uma abertura muito grande, muito franca e penso que com este cruzamento de vontades, acredito que quer o Alavarium, quer o Galitos, como sabem, são dois clubes no meio de muitos clubes que nós temos, que fazem um trabalho notabilíssimo, ainda recentemente o Diogo Carvalho esteve no campeonato do mundo de natação. O Galitos foi neste fim-de-semana, foi campeão nacional de 3.ª divisão também de natação. O Alavarium este fim-de-semana fez um pouco de história no campeonato nacional de andebol feminino ao vencer aqui em Aveiro, aquelas que são as campeãs nacionais em título e venceu. Portanto é um trabalho notabilíssimo, a nossa juventude precisa de espaço e penso que se nós não tivermos este consenso de todos, é possível garantir que aquele equipamento possa continuar ao serviço dos aveirenses, que é o nosso grande desejo. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa ⁰⁵⁸

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o Voto de Pesar, ⁰⁵⁹ pelo falecimento de *Gonçalo Luis Barbosa Lé*, apresentado pelo Presidente da Junta da Glória, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da [Comunicação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal⁰⁶⁰ foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, que fez uma breve síntese da Comunicação Escrita.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara⁰⁶¹

Membros da Assembleia

Vogal Manuel Vaia Reis (PCP)⁰⁶³

Vogal Rui Maio (BE)⁰⁶⁴

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁶⁵

Vogal Romana Fragateiro (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶⁶

“Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssima Câmara, Excelentíssimos Senhores Deputados. A Comunicação do Senhor Presidente refere-se às obras da Avenida das Agradas do Norte como praticamente concluídas, pela aplicação da camada final de asfalto de desgaste. Na Assembleia de Setembro referimo-nos à falta de passeios, perguntando se iriam ser construídos e quando? Não obtivemos resposta.

O que é certo é que nada foi feito. As pessoas atravessam a ponte e em seguida têm que se deslocar na estrada o que se torna muito perigoso, principalmente para as crianças que vão a pé para a escola. Será que os passeios vão ser construídos? E quando?

Gostaríamos de alertar também para a falta de sinalização de algumas zonas da referida avenida. Ontem no cruzamento que vem da escola das Barrocas deu-se um acidente por falta de sinalização. Um outro motivo da nossa intervenção é o facto do protocolo da Delegação de Competências de 2012 ter sido anulado!

Executámos todas as obras da Delegação de Competências, no entanto não recebemos nada. No que se refere a 2010 e 2011, também até à data não recebemos o dinheiro em falta.

As nossas receitas, como os Senhores Deputados devem calcular são parcas e temos ordenados para pagar. A nossa gestão é criteriosa, mas mesmo assim não temos nenhuma “varinha de condão”. Portanto gostava de perguntar ao Senhor Presidente, quando é que as verbas de 2010 e 2011 vão ser pagas à Junta de Freguesia de Esgueira uma vez que sabemos que há Juntas que já receberam. Obrigado.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁶⁷

Vogal Rui Maio (BE)⁰⁶⁸

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁶⁹

Vogal Rui Maio (BE)⁰⁷⁰

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁷¹

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)⁰⁷²

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁷³

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁷⁴

“Excelentíssimos Senhores, minhas Senhoras, o que me parece que foram os factos mais salientes neste trimestre, foi aquilo que recentemente aprovado em matéria de pacote fiscal para 2013. E também uma outra iniciativa que nós ainda não tivemos oportunidade de aqui analisar, por meras questões de agendamento, que têm a ver com a segunda revisão orçamental, que trará novidades de facto apreciáveis em matéria de contabilização, apontando no sentido que todos nós temos vindo a pugnar desde há muito tempo para a apresentação de Orçamentos cada vez mais colados à realidade e não bastante empolados com números que advêm de compromissos plurianuais, que de facto só encham, mas que por vezes até dificultam a nossa análise daquilo que são as Opções do Plano e daquilo que são as dotações orçamentais, que efectivamente se inscrevem e que todos nós depois temos a obrigação de observar, de fiscalizar, o seu cumprimento.

Gostei também de ter concluído, ver de um pacote de 23 projectos, com 10 serem aprovados. 10 projectos no âmbito do Orçamento Participativo. Foi a primeira vez que tal se fez e posso concluir com alguma margem de êxito, que de facto o balanço é bastante positivo.

Vamos portanto aplaudir esta iniciativa e zelar pela sua continuidade, fazendo o apelo aos cidadãos e grupos de cidadãos, para que cada vez mais, participem com ideias criadoras em ordem ao melhoramento da nossa cidade. Há um conjunto de projectos relevantes em curso, que também são bastante interessantes e são de relevo, nota-se nesta área que a Câmara mexeu bastante.

A Câmara teve muita actividade e portanto é quase que fastidioso, estar aqui a enumerar os programas em que a Câmara teve uma intervenção activa, promovendo o seu desenvolvimento. Apenas alguns, o projecto “Aveiro Empreendedor”, o projecto “Aveiro 21”, “Cidadania Digital”, merecem de facto a minha estima.

Também na área social e cultural, não deixando de dar razão à intervenção do Senhor Deputado do Partido Comunista, relativamente à Biblioteca e eu peço encarecidamente que a Câmara corrija essa situação, de facto não é compreensível, há muita gente que utiliza aquela biblioteca e a leitura dos Jornais é uma questão de cultura básica. Básica. Podemos cortar noutras coisas, nesta matéria eu penso que não deveremos cortar. E deveremos continuar a manter esse serviço tal e qual esse existia no passado.

Portanto acho que a acção social foi bastante diversificada e de facto também aqui deixo um apelo ao executivo, para que no ano de crise e onde se prevê de facto o agravamento da situação social, não só no país mas também aqui naturalmente em Aveiro, que tenha a maior atenção para todos os casos de exclusão social, promovendo todas as iniciativas que haja necessário, haja necessário de fazer no sentido de chegar a toda a gente com necessidade, a começar pelas crianças e a acabar nos idosos, que estão em situação de exclusão e que estão solitários, num trabalho que pode ser de facto desenvolvido com as IPSSs e com as Juntas de Freguesia, que são as pessoas e as entidades que melhor conhecem. Portanto isto é um apelo que eu deixo aqui assim, muita atenção às situações de exclusão social, às graves carências que já se fazem sentir.

Uma última palavra para a situação financeira, que infelizmente só contempla duas páginas, a acção social contempla oito. A situação financeira que nos preocupa a todos, apenas três meia dúzia de linhas e portanto eu relativamente a essa matéria, registo nesta fase, porque me reservarei depois para análise das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, a análise exaustiva da situação. Mas gostaria de também aqui, como fez a Câmara, de chamar a atenção para a redução da dívida de três milhões de euros, aliás se nós olharmos para os balanços, os balanços que foram apresentados desde 31 de Dezembro de 2005 até 30 de Novembro de 2012, de facto nós verificamos aqui uma fortíssima redução! É uma redução de cento e oitenta e cinco milhões para cento e trinta e nove milhões! É muita “fruta”. E portanto houve aqui um fortíssimo trabalho de redução da dívida, que me parece que é aquilo que é mais importante de realçar, de facto até neste mandato, é a continuação de todo este trabalho, sério, aprofundado, difícil, não é fácil, é muito difícil de continuamente apresentar uma redução das dívidas, tanto de curto, como de médio e longo prazo, incluem englobando aqui também o trabalho que foi feito muito recentemente de elaboração de acordos, com os credores mais variados e que eu também incito o executivo a continuar nessa senda, até porque a isso é obrigada de acordo com a Lei que recentemente saiu, mas é muito importante que haja acordos, que no fundo consolidem, que criem condições para o pagamento mais rápido possível das dívidas do município, que consolidem o passivo, transformando dívidas de curto prazo em dívidas de médio e de longo prazo e que façam circular o dinheiro que é necessário na economia local. Isso é muito importante. E portanto por aqui me fico, muito obrigado.”

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[075](#)

“Boa noite Senhor Presidente, executivo, caros colegas de bancada, munícipes. Eu sobre a Comunicação do Senhor Presidente gostaria de tecer comentários e de colocar algumas questões sobre dois aspectos, que são referidos na mesma.

Embora já tenhamos discutido aqui o Pacote Fiscal, é-nos possível agora ver com mais exactidão alguns números provisionais para aquilo que é a receita esperada no ano de 2013. E se havia alguma suspeita relativamente a este ponto, agora com os números provisionais, essa suspeita tem uma sólida confirmação ou pelo menos tem uma mais sólida confirmação,

porque estamos a falar de valores provisionais daquilo que a Câmara fez com o Pacote Fiscal ou com o anúncio do Pacote Fiscal, senão vejamos. Uma das preocupações da Câmara Municipal e do executivo, seria o de onerar menos os aveirenses.

Outra das preocupações seria que tanto quanto possível este não onerar dos aveirenses, não compromettesse o equilíbrio e as receitas do município para o ano de 2013, vamos aos números: IMI, aumento estimado de três milhões de euros — a Derrama ou o IMI não foi intervencionado no Pacote Fiscal pela Câmara Municipal. Portanto esta intervenção deriva daquilo que o Governo está a implementar ao nível do IMI. A Derrama tem uma diminuição estimada de oitenta mil euros, com objectivos de captar investimento de empresas, etc., etc., e o IRS que é o imposto que afecta directamente os cidadãos tem uma redução de receita estimada em oito mil euros.

E a minha pergunta é: se temos um aumento (entre outros aumentos que aqui estão) de IMI expectável em três milhões de euros e se obviamente não queríamos onerar os cidadãos, então porque é que a Câmara Municipal apenas se limitou a ficar por uma redução de oito mil euros no IRS? Não vale a pena pensar que eu menosprezo a redução de IRS em quem tem pouco. Não é por aí. Quem tem pouco, uma pequena parcela retirada a quem pouco tem, pode significar muito na gestão diária e mensal da vida dos cidadãos que atravessam hoje dificuldades elevadas. Não é essa a questão. A questão é não fazer disto, aquilo que isto não é! Não fazer disto aquilo que isto não é e por aqui me fico relativamente à questão do Pacote Fiscal.

Relativamente aos números que a Câmara Municipal apresenta em duas páginas, disse muito bem o deputado Olinto Ravara e não querendo exceder a intervenção, que depois será feita na apresentação das Grandes Opções do Plano e também não querendo exceder a intervenção que será feita na Assembleia Extraordinária e que (tem um ponto) irá incidir sobre o Orçamento Rectificativo que lá está apresentado, eu gostaria só de tentar perceber o seguinte, duas questões, primeiro, há um aumento da dívida de médio a longo prazo muito significativa, que é a que é apontado como sendo imputável à questão da REFER. E há aqui uma redução do passivo de curto prazo ainda mais significativa e a minha pergunta é, esta redução do passivo de curto prazo deve-se exactamente a quê? Estamos a falar (eu não tenha a informação ou pelo menos não consigo, dentro dos elementos que me foram fornecidos, perceber como é que se reduzem dezasseis milhões de dívida de curto prazo. Eu só queria perceber em que é que consiste esta redução da dívida de curto prazo em dezasseis milhões?

Finalmente e nesta primeira volta, a Câmara Municipal apresentou um Orçamento Rectificativo, que ou o qual, se tudo estivesse corrido enfim, dentro daquilo que seria expectável, teria sido discutido na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal que se realizou a semana passada, salvo erro. E esse Orçamento Rectificativo aponta para uma diminuição de receitas e aponta para uma diminuição de despesas num valor muito significativo e portanto vamos ter um Orçamento Rectificativo para o ano de 2012, que se aproxima muito daquilo que é ou que vai ser o Orçamento da Câmara Municipal para o ano de 2013. Só que, mesmo com essa redução de receitas, os valores que são apresentados na Comunicação do Senhor Presidente ficam muito aquém, muito aquém neste momento em termos de receitas estimadas, daquilo que é apresentado em termos de Orçamento Rectificativo. Se eu não me enganei nos números, estamos a falar de receitas correntes na ordem dos 29, 6 milhões de euros nesta Comunicação e estamos a falar de receitas correntes estimadas no Orçamento Rectificativo de 52 milhões de euros!? Portanto temos aqui um referencial de vinte e dois milhões de euros até ao fim do ano. Nas receitas de capital, temos até esta altura 5 milhões de euros cobrados e temos como receita estimada durante o ano de 2012, de acordo com o Orçamento Rectificativo de 23 milhões de euros. Temos aqui um diferencial aproximado de dezoito milhões de euros e a minha pergunta é, como é que a Câmara vai conseguir executar estas receitas até ao final do ano para cumprir, não o Orçamento inicial, mas o Orçamento que irá apresentar suportado em termos rectificativos?

Uma última questão, que eu já várias vezes coloquei mas que nunca vi respondida. Se a Câmara tem uma diminuição de receitas, se a Câmara tem receitas abaixo daquilo que são as suas despesas, como é que é possível nestas circunstâncias, como é possível conseguir reduzir dívida de forma tão significativa como a Câmara o fez?

Bem sei, é fácil perceber como é que nós em nossa casa gastamos mais do que recebemos e mesmo assim conseguimos reduzir a dívida que temos à Banca, nomeadamente do empréstimo por exemplo? Eu sei como é que é possível, mas eu gostava que o Senhor Presidente explicasse ou pelo menos a minha ideia sobre essa questão já foi mais do que uma vez explorada e eu gostava que o Senhor Presidente explicasse como é que consegue com um desequilíbrio estrutural, arranjar ainda disponibilidade para amortizar a dívida? É só.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁷⁶

Vogal Rio Maio (BE)⁰⁷⁷

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁷⁸

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁷⁹

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁸⁰

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD)⁰⁸¹

Vogal Rui Maio (BE)⁰⁸²

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD)⁰⁸³

Vogal Ana Seíça Neves (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁸⁴

“Boa noite Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Eu faço assim um bocadinho, imitando aqui o meu amigo e camarada Pedro Pires da Rosa, brevemente para fazer umas perguntas. O Senhor Presidente pode estar satisfeito que eu vou começar por lhe dizer algumas coisas que me agradaram. 1 - Para não dizerem sempre que estamos contra, de vez em quando temos de dizer alguma coisa interessante, pelo menos que os Senhores fiquem mais contentes! É verdade. Vou-lhe dizer que tive oportunidade de acompanhar esta iniciativa da inclusão e acessibilidade para todos. É deveras impressionante aquele jantar no café Palácio e que portanto eu tive oportunidade de ver. Realmente é uma iniciativa interessante mas creio que não poderá ficar apenas pelo jantar de olhos vendados, isso é apenas uma chamada de atenção. Houve outras iniciativas que eu também conheço, mas também é importante chamar mais uma vez a atenção para os problemas da mobilidade dessas pessoas e para a necessidade que existe de fazer, temos algumas mas não são suficientes. Depois queria também dizer que não sendo muito adepta desta matéria, pelo menos no que diz respeito ao peixe, não sabia que tinham descoberto o ensopado à marnoto depois dos ovos-moles, das enguias de escabeche, temos então o ensopado à marnoto, que também não sei exactamente, suponho que é com peixe não é!? Agora mais do que isso também não me é aqui dito, mas pronto eu acho que é uma boa iniciativa, é um começo de alguma coisa. Sim senhora, vamos todos apoiar.

Agora vou passar a outra parte que me chamou a atenção e que é o seguinte, vejo aqui na página nove (9) “CREARTE”, “Projecto de Recuperação Cultural Europeu”. À partida penso que será interessante, mas pergunto quais são as cidades que fazem parte desta CREARTE? É que fica tudo assim sem saber, serão cidades europeias, mas às vezes também tenho visto aqui assim umas parcerias com algumas cidades, coitadas, elas também têm o direito de existir mas quer dizer, todos somos tão aveirenses, tão bairristas, tínhamos interesse em saber que cidades é que são? Que intercâmbio é que se vai fazer e de quê?

E depois vi aqui com alguma preocupação, que só em 2016 se realizará em Aveiro um evento. Estamos em 2012, daqui até lá assinamos os papéis!? Não fazemos mais nada, como é que é? Gostava que explicasse melhor. E depois também se fala em fundos. Embora não seja propriamente assim muito Eu li aqui. Fala-se em fundos, eu gostaria de saber que fundos? Qual é o montante? Se é muito, se é pouco? Isso é que eu não sei qual é. E depois também

não tenho aqui, não estou esclarecida sobre aquilo que diz a seguir que é assim; “importa referir que o CREART estabelecerá um grupo designado por embaixadores.” Quem são estas pessoas? Quem é que os nomeia? Como é que aparecem? São aveirenses, são de outros sítios? Se eu por acaso..., isto suscitou-me alguma curiosidade! Também vi aqui o interesse na rede municipal de percursos da natureza, ora sabendo nós que os percursos urbanos estão assim um bocadinho esquecidos, isto é espírito de Natal e portanto eu não quero incomodá-los muito, mas de qualquer das maneiras, estão esquecidos, para não dizer que alguns até desapareceram. Vamos fazer então aqui os percursos da natureza. Eu gostava de saber, como é que pretendem implementar isto? Isto fica muito bonito aqui dito mas depois ficamos na mesma. Também gostava que me explicassem. E ali para o Senhor Vereador, eu sei que não posso dizer directamente, mas para o meu caro amigo Senhor Vereador Carlos Santos, que soube agora pelo Bloco de Esquerda, que tinha o sonho de deixar os pisos, os caminhos, as estradas, os passeios, tudo em ordem, eu venho aqui dizer que as estradas continuam em mau estado, aliás como já outras pessoas o disseram, mas ali assim a Rua das Pombas e aquilo que estou a dizer, estou a dizer até a pedido de pessoas que já me falaram, porque também temos essa função de trazerem aqui os problemas que os munícipes nos põem, aquilo está muito esburacado! Eu sei que os Senhores andam lá a fazer umas obras que estão suspensas, está muito esburacado e aquilo é uma zona que é atravessada por aqueles miúdos que vêm do ciclo e causa bastantes problemas, porque qualquer dia começam a ter mais umas acções, a acrescentar àquelas que já têm aí, mas umas outras por causa do mau estado em que o piso está, que se calhar era altura também, eu sei que as obras estão suspensas, porque tive oportunidade de estar aqui a ver, mas é uma zona de muita passagem, sobretudo de crianças, era conveniente que os Senhores tomassem atenção a isso. Vejo também com alguma curiosidade, que há aqui um plano também de poda para as árvores, de que eu também já falei aqui algumas vezes e começo ali mesmo por aqueles que estão em frente à sede principal da Câmara, que temos que nos baixar para poder passar, as copas estão muito baixas e realmente as pessoas não podem passar. E que vão Senhor Presidente, vai fazer uma coisa fantástica, substituir as árvores da avenida 25 de Abril. Há qualquer coisa aqui contra as árvores, não quer dizer que elas estejam todas boas, mas esta permanente alteração das árvores dá-me às vezes que pensar! Esperemos que escolham bem e que aquilo não fique despovoado completamente. E como estamos na avenida 25 de Abril, aproveito para dizer novamente aquilo que já também aqui disse várias vezes, aqueles sinais que se encontram no piso, contínuo a achar que não estão bem, já sei que o Senhor Presidente não concorda, que o Senhor Presidente da Junta também não concorda. É que se nós passarmos ali nas horas em que os jovens vão para a escola José Estêvão ou aqueles que estão a sair, a via que nos dá acesso para irmos directamente em direcção à Sé, está completamente ocupada, portanto obriga-nos a prevaricarmos porque estamos em cima de um traço contínuo naquela estrada, naquela via. É Senhor Presidente, eu posso ir buscá-lo aqui um dia ao meio-dia e meia, uma menos um quarto e vamos lá os dois e vai ver. Ou ficamos numa fila atrás dos carros até que os meninos venham e os pais comecem a andar ou então temos que fazer aquilo que não devemos. Eu creio que aqueles traços seriam uma boa ideia mas não dá.

E como a minha intervenção já vai um bocadinho longa, eu vou dizer uma coisa que me pareceu, aliás tomei isto até como uma verdadeira brincadeira. Há aqui um projecto, um projecto sobre o ambiente, que eu fiquei verdadeiramente extasiada! Como é que se pode vir para a Assembleia e trazer este problema, daquilo que fizeram, que é o seguinte, ora eu estou aqui assim só a procurar a página, porque não sei. Fizeram aqui uma coisa da bandeira azul, que já foi em Setembro, que aparece em Dezembro, estamos cheios de frio, mas pronto tudo bem, não tenho nada contra a bandeira azul, não é da bandeira azul que eu vou falar. Eu vou falar de uma coisa que eu acho absolutamente hilariante e nós aqui, também de vez em quando, a crise é grande, ao menos temos que nos rir com alguma coisa. Como é possível,

muito bem realizar-se uma campanha de sensibilidade ambiental, especialmente dedicada aos dejetos caninos? Como é que isto vem parar aqui à Assembleia?

E que se dá o nome brilhante de “dá sorte” e imaginem porquê? Porque eu acho que ainda é pior, é porque diz que é uma tradição que quem pisa os ditos dejetos tem sorte! Quer dizer, eu acho que nós na Assembleia não temos que saber isto. Eu peço imensa desculpa, isto será um grande trabalho dos senhores. Tudo bem. Então, quer dizer, e depois tem aqui umas coisas, uma hétero fiscalização do comportamento dos donos dos animais de estimação!? É evidente que os dejetos dos ditos incomodam a população, mas fazer uma campanha que se chama “dar sorte” para não pisarem os dejetos?

Eu até estou incomodada de estar a falar nisto, mas de facto li e eu tenho que dizer alguma coisa não é? Quer dizer, a minha leitura provavelmente haverá aqui outros senhores deputados que acharão isto fantástico. Eu não acho.

Posto isto, quero desejar a todos um bom natal e pedir a atenção do Senhor Presidente e de quem de direito, que as críticas que a oposição lhes faz, é para os Senhores também, pensarem que há coisas que estão aqui escritas e que não reflectem aquilo que nós gostaríamos de ver e não é só uma questão política, é uma questão de preservar e manter os direitos dos munícipes de Aveiro.”

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD)⁰⁸⁵

De seguida o Presidente da Mesa colocou à consideração do plenário, nos termos regimentais, o prosseguimento dos trabalhos apara além da meia-noite. Não se verificou qualquer objecção.

Vogal Raúl Martins (PS)⁰⁸⁷

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁸⁸

Vogal Raúl Martins (PS)⁰⁸⁹

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁹⁰

Presidente da Mesa⁰⁹¹

Vogal Paulo de Jesus (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁹²

“Muito obrigado Senhor Presidente. Relativamente ao Ponto da Comunicação do Senhor Presidente, eu tinha aqui várias matérias para abordar e a primeira que tinha era a questão do Parque da Sustentabilidade. E em concreto sobre a questão da anulação do projecto da ponte, porque é a primeira oportunidade que eu tenho para o fazer. Portanto para quem durante os últimos dois anos ou mais se manifestou contra o projecto aberrante de construir a ponte pedonal sobre o Canal Central, a notícia recente de que a Câmara Municipal decidiu anular este projecto é obviamente um motivo de regozijo, que eu tinha que deixar registado. Mas sobre este assunto convém também que fique registado a forma lamentável como a maioria liderou este processo. E aqui salvaguardava algumas e raras excepções de alguns colegas até da Assembleia que tiveram uma conduta radicalmente diferente. Mas na generalidade e a maioria das pessoas que suportam este executivo tiveram efectivamente (a meu ver) um comportamento lamentável. E a este respeito refiro a forma como a maioria liderou por exemplo, com o movimento de cidadãos que gerou um debate sobre este processo. Recordo a Reunião Pública de Câmara, mais concorrida dos últimos tempos, em que o Senhor Presidente da Câmara afirmou, que apesar de ser a Reunião Pública de Câmara mais concorrida desde que há memória, duzentos e cinquenta cidadãos não eram representativos de uma opinião pública informada, que depois três mil e quinhentas ou quatro mil assinaturas de um abaixo-assinado também, não seriam representativas. Da mobilização de alguns apoiantes da maioria, que publicamente na Reunião Pública de Câmara afirmaram que o movimento de cidadãos tinha uma agenda politica escondida, aliás volto a referir com alguns membros até do PSD e do CDS que se manifestaram contra, que aparentemente

também teriam uma agenda escondida, das apresentações de PowerPoint com que fomos brindados nesta Assembleia Municipal, a tentar ridicularizar de forma lamentável os argumentos sérios que a cidade civil expunha contra este projecto. Lembro também que a maioria privou a cidade, durante o pico turístico num dos seus espaços mais nobres e no cartão-de-visita da cidade, que o empreiteiro deixou obra, que houve uma tentativa de passagem de posição contratual, para outro empreiteiro que também não resultou e portanto face a isto, quando o Senhor Presidente transmite aos aveirenses que se suspenda a obra, pasme-se, para aprofundar o consenso, eu recuso-me a qualificar esta afirmação, porque ela é reveladora, a história deste processo é reveladora da qualidade dessa afirmação. Digo apenas que em política e a bem da política, é bom assumir publicamente quando se erra e é bonito, quando isso acontece! E esta maioria tem sistematicamente recusado esse comportamento. Sobre a questão do Parque da Sustentabilidade, também dizia só mais uma coisa rapidamente é que a mim preocupa, os vários adiamentos de várias obras, de empreiteiros que deixam obras, de atrasos de obras, etc., E portanto, eu nunca neguei e o PS nunca negou, que há projectos importantes no Parque da Sustentabilidade que devem ser feitos e que são relevantes para a cidade. Agora é motivo de preocupação se esses projectos vão ser executados, com a rapidez, na sequência, com a cronologia como devem ser feitos. Neste momento Aveiro está privado dos seus parques principais, não há um parque infantil decente na cidade, etc., portanto esta obra tem de decorrer com a maior rapidez possível e com a melhor eficácia e eficiência possível.

Segunda questão tem a ver com a Carta Educativa. Uma questão muito directa e muito simples, soubemos que a obra da Escola da Glória parou. Porque é que parou? Eu na última Assembleia referi sobre os atrasos dos projectos do Parque da Sustentabilidade e de outros projectos da Câmara, que há projectos e projectos! Os alunos da Escola da Glória estão neste momento em condições possíveis, sustentáveis para a renovação da escola, mas que devem ser o mais curta possível. E portanto referi na altura, que me preocupava muito estas obras e preocupa-me imenso quando ela pára evidentemente, porque isto pode fazer é prolongar a estadia dos alunos da escola da Glória, em condições que não são evidentemente as que devem existir para uma educação com qualidade. Mais uma vez sobre a questão da revisão da Carta Educativa, proposta do Partido Socialista reputada e elogiada pelo Senhor Presidente como uma apresentação séria sobre esta matéria. Fizemos a proposta há cerca de dois anos, de criar esta Carta Educativa, de que a Carta Educativa do concelho de Aveiro devia ser revista. Os desenvolvimentos dessa altura até agora só contribuem para confirmar a absoluta urgência de o fazer. O alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12.º ano. Os mega agrupamentos e a verticalização dos agrupamentos. O alargamento da cobertura do ensino profissional, o aumento de competências das Câmaras sobre a matéria da educação, exigem que o município e não vou novamente alargar-me muito sobre a importância da educação, porque já o fiz quando o público referiu matérias relacionadas com a educação, mas o município que valoriza e que deve valorizar como Aveiro, a educação e qualificação como um dos motores fundamentais de desenvolvimento individual e colectivo, têm de ter um documento estratégico sobre esta matéria de qualidade e adequada à realidade actual e local. Evidentemente que em matéria de educação, eu compreendo perfeitamente e separo perfeitamente o que é autonomia das escolas e dos agrupamentos nas suas funções pedagógicas de organização dos seus projectos, mas a Câmara tem um papel fundamental de desenvolvimento de uma estratégia agregadora sobre a educação em Aveiro. O Senhor Presidente na altura, quando nós fizemos esta apresentação disse que estaria à espera dos Sensores para o fazer. Os Sensores estão aí, não há nenhuma referência, nenhuma notícia, nenhuma indicação da parte do executivo, que esteja a começar a desenvolver alguma iniciativa sobre esta matéria. E sobre a matéria da educação, a Comunicação do Senhor Presidente, (desculpe a sinceridade) é de uma pobreza franciscana! É de uma pobreza franciscana!

Nem uma questão sobre os mega agrupamentos em Aveiro, que já começou o processo. Não há uma palavra sobre isso. Não há um relato de uma reunião sobre o assunto! Não há uma reunião do concelho municipal de educação. Há relatos sobre o planeamento da poda das árvores no concelho, sobre o projecto dos dejectos, como disse a minha colega. Sobre esta matéria, nada! E não digo isto com nenhum regozijo, digo isto com a vontade que esta questão seja tratada como deve ser e portanto aguardo a resposta do Senhor Presidente sobre esta matéria.

Ultima questão e de forma mais telegráfica, que é sobre a questão da economia, porque se sobre a matéria da educação, o documento é de uma tristeza franciscana, sobre a economia eu estava a tentar encontrar adjectivos e isto faz-me lembrar o voto de pobreza dos frades menores no Convento dos Capuchos, porque é insistente a questão da economia na actividade da Câmara nestes três meses. E portanto como eu e os meus camaradas e o PS considera que a reactivação da economia é um elemento fundamental para alterar radicalmente o estado do país e das pessoas e da situação em que vivem, é absolutamente fundamental que todos os agentes se mobilizem para debater esta questão e a Câmara Municipal tem um papel fundamental nesta matéria. A questão da pobreza neste momento é um problema emergente que deve ser apoiado, mas a questão do desemprego é um problema estrutural que afecta as pessoas. É essa questão que tem que ser atacada. E portanto eu separo perfeitamente o que é que é a actividade económica, trabalho no sector privado e sei que os agentes económicos precisam da sua autonomia para desenvolver a sua actividade económica, mas os agentes públicos têm um papel também fundamental facilitadora e dinamizadora desta área. E portanto não há um registo de uma reunião com empresários, de uma reunião com a Agência Nacional de Investimento, de uma palavra sobre o PCI, como é que se está a desenvolver o seu projecto. O comércio em Aveiro definha aos olhos de todos e não há uma estratégia do município para ajudar a contrariar este fenómeno. Estamos numa época fundamental para a viabilização do comércio e a Câmara não faz nada para ajudar o comércio. Não há uma luz de Natal, não há uma iniciativa de vulto. Há umas linhas aqui sobre umas actividades culturais, é uma coisa confrangedora. E mais uma vez termino (telegraficamente), sobre esta questão do comércio para dizer o seguinte, quer dizer é uma questão de prioridades como disse o meu colega sobre a questão da volta a Portugal, a Câmara Municipal investiu dezenas de milhares de euros em peças de arte de espaço público de qualidade duvidosa! Não põem uma iluminação de Natal! A Câmara Municipal comprou dois ecrãs gigantes para verem o futebol. Não investe em iluminação. O turismo nem uma palavra. Senhores deputados, isto é uma matéria da mais alta relevância, eu sei que me vai dar um minuto que prometeu na última Assembleia, mais os trinta segundos das duas suas interrupções. E termino com este apelo, para que a Câmara Municipal perceba a importância, relevância disso para todos os cidadãos portugueses e especificamente para os aveirenses. Disse.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[093](#)

“Bom, a propósito da Comunicação do Senhor Presidente da Câmara, gostaria aqui de lembrar algo que, não me parece que ainda tivesse sido focado, pelo menos então não me apercebi, que é de Aveiro ter sido citado nos Jornais por algumas boas razões e uma delas prende-se com um índice de uma entidade independente, que associa a própria Caixa Geral de Depósitos e que associa outras Instituições que nós consideramos de reputação como por exemplo a Siemens e que apresenta um índice sobre as “Cidades Inteligentes 2020”, que foi elaborado por uma entidade que se chama “INTELI” e que coloca Aveiro numa posição que a todos nos deve honrar! E por isso merece referência aqui também neste Período em que nós intitulamos de Comunicação do Senhor Presidente da Câmara, mas que versa realmente os assuntos que dizem respeito ao nosso município e em que se faz um balanço e um balanço muito independente, que eu acho que é muito importante nós em Aveiro também nesta

Assembleia Municipal, principalmente procurarmos olhar para aquilo que os outros pensam de nós. Ainda há bocado se falava no País, a propósito de uma notícia do “EL País”, se calhar temos aqui alguns indicadores, estes sim objectivos e não meras opiniões, sobre realmente a qualidade de vida em Aveiro.

E são realçados neste documento, que apareceu na Comunicação Social, fala-se na qualidade dos serviços públicos do município de Aveiro, em que se destacam as boas práticas ao nível da desburocratização, fala-se no processo de modernização e simplificação administrativa, que este município que o Dr. Élio Maia implementou e que pelos vistos é gabado por esta instância. Fala também aqui na governação em termos de participação de cidadania também, que normalmente é um tema recorrente aqui na oposição nesta Assembleia, em que se fala que realmente não há esta Câmara, esta maioria, não abre formas de os cidadãos poderem participar, pois segundo parece estas nossas formas que a nossa oposição não consegue ver de participação dos cidadãos, são reconhecidas por entidades externas. Fala-se também aqui, é reconhecido, o papel do “Aveiro Empreendedor” na área da inovação, visando o apoio ao empreendedorismo local, à promoção do empreendedorismo nas escolas, ao fomento de uma cultura empreendedora ou seja, tudo boas razões, para nós podermos gabar o nosso município, para nós podermos atrair outros cidadãos, que queiram também viver connosco em Aveiro.

Fala também na área da inclusão, ainda aqui agora o Senhor Fernando Marques há bocado falou de aspectos que tinham sido aqui levantados de suspeições de falta de inclusão por parte das políticas que esta maioria tem vindo a trazer quando aqui este estudo independente fala exactamente da inclusão e fala de vários projectos que têm sido lançados por esta Câmara Municipal, ao nível sociocultural e ao nível artístico que têm promovido a inclusão no nosso município. E aqui também uma referencia muito especial, porque todas estas iniciativas foram levadas a cabo pelo Dr. Élio Maia, mas também algumas iniciativas que já vêm de trás e que têm tido também visibilidade e que deram visibilidade ao nosso município, estou aqui a falar do caso da Buga, que foi introduzida no tempo do Dr. Alberto Souto e que é um caso de sucesso, já na altura foi e também a conectividade ou seja, os sistemas também que já na altura do Dr. Alberto Souto tiveram a sua implementação e foram continuadas por este executivo, o que quer dizer que nós temos razões para estarmos optimistas, quanto à forma como vivemos em Aveiro e que os outros também nos reconhecem.

Há no entanto aspectos que nós gostaríamos de melhorar e que temos que continuar a melhorar, um deles que se tem feito um esforço muito grande, tem sido aquele que tem feito com que haja uma diminuição da dívida e quer-se queira, quer não, nós podemos ler os números todos pontualmente de uma Comunicação para outra Comunicação.

Agora o exercício que eu acho que é muito importante nós podermos fazer, é que nós há trinta meses, há trinta meses, que nós podemos verificar que há uma redução paulatina de redução de dívida. Em Junho de 2010 a dívida deste município situava-se em cento e setenta milhões de euros. Em Dezembro de 2012 a dívida situa-se em cento e trinta e nove milhões de euros ou seja, há uma diminuição de 31 milhões de euros em trinta meses. Mas nós podemos dizer assim – mas foi uma coisa pontual? Não, passou de Comunicação para Comunicação do Senhor Presidente da Câmara, cento e setenta, cento e sessenta e cinco, cento e sessenta e quatro, cento e sessenta e um, cento e cinquenta e nove, cento e cinquenta e quatro, cento e cinquenta e um, cento e quarenta e seis, cento e quarenta e cinco, cento e quarenta e um, cento e quarenta e dois, cento e trinta e nove ou seja, não é um caso pontual como aqui foi apresentado pelos outros especialistas, que nós temos que continuar a ouvir, porque as suas opiniões são sempre importantes, só que não podem ser focadas num único pormenor, têm que ser vistas neste contexto e este contexto não há duvida que há redução. Agora também deixem que lhes diga, parece-me todos nós entendemos que se há uma factura que esta Câmara tem, que de acordo com um protocolo com uma entidade lhes aparece uma factura a dizer assim – “de acordo com o protocolo que foi celebrado há uma factura de dezasseis

milhões de euros que a Câmara tem que pagar, a Câmara o que é que pode fazer? Bem de acordo com o protocolo que foi assinado, aqui estão os dezasseis milhões de euros ou pode dizer assim – não, vamos tentar arranjar aqui uma forma, a contento de todos, para reduzirmos este valor e reduziu o valor para doze milhões de euros. Não há mérito? Eu acho que há muito mérito. Há quatro milhões de euros de redução? Pois é, não se deviam declarar esses quatro milhões de euros na contabilidade? Eu não vejo outra forma de colocar estas questões na contabilidade mas lá está, eu não percebo nada, não sou economista, não sou contabilista e se calhar há aqui outras formas, mas para mim é assim, temos uma factura, temos que a declarar, conseguimos reduzir essa factura e o valor a pagar deixou de ser aquele, passou a ser outro, é um benefício que nós temos ao nosso município e por isso essa redução é muito bem-vinda e por isso nós agradecemos que o Dr. Élio Maia continue a fazer estas reduções, eu sei que o PS gostaria de uma dívida muito grande, quanto maior melhor, significava que tínhamos muitas obras, mas as coisas não são assim e os aveirenses já mostraram que também não gostam deste género de megalomanias, gostam que estas coisas possam reduzir e possam reduzir de uma maneira sustentada. Pronto e é isso que nós estamos neste momento a ver, é isto que diz realmente a página 5 desta Comunicação do Senhor Presidente da Câmara, que há realmente esta diferença de dezasseis milhões de euros, que era para pagar, para doze milhões de euros que agora com esta autorização que a Assembleia Municipal deu à Câmara Municipal, para poder celebrar este contrato com a REFER, realmente há aqui uma poupança de quatro milhões de euros, que se vem a juntar a muitas outras poupanças e que permitiram ao município durante este período conseguiu gastar mais algum montante e por isso não sendo tão poupadinho como foi, porque houve aqui esta margem, de que pode realmente utilizar com certeza para outras obras produtivas, porque é disso que nós temos que continuar a fazer. É continuarmos a ter investimento produtivo e esses investimentos que na realidade nós temos estado a fazer, estes sim, são investimentos produtivos no nosso município e ao contrário de outros que fizemos no passado, em que a reprodutividade foi na realidade duvidosa devido à factura que agora nos tem chegado mas que felizmente está estancada. Muito obrigado.”

Vogal Joana Dias (BE)⁰⁹⁴

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰⁹⁵

Da Câmara Municipal

Vereadora Teresa Cristo⁰⁹⁶

Vereadora Maria da Luz⁰⁹⁷

Vereador Carlos Santos⁰⁹⁸

“Muito boa noite. Prestar aqui algumas informações, alguns esclarecimentos sobre questões que foram versadas que foram apresentadas.

Plano Municipal de Mobilidade. Conforme é sabido e foi anunciado estão já publicados no sítio da Câmara Municipal de Aveiro todos os documentos produzidos pela equipa “8 Go”, que é a equipa que faz o projecto e no âmbito deste Plano, que são de interesse generalizado. Relatório 1 – Trabalhos de campo. Relatório 2 – Caracterização e diagnóstico e Relatório 3 – Participação Pública. Quem estiver interessado poderá participar com sugestões, correcções ou outros contributos, para melhorar o processo e assim o resultado final.

Os dois últimos Relatórios, relatório de caracterização e diagnóstico e relatório de acções, para a participação pública, foram levadas ao conhecimento do executivo respectivamente nas reuniões de Câmara de 27 de Setembro de 2012 e 8 de Novembro de 2012 ter merecido concordância.

O próximo passo será a construção dos cenários para a elaboração do Plano. É importante que se refira, que o nosso Plano e o Plano Intermunicipal, que está a ser elaborado pela CIRA e em que nós damos toda a informação e prestamos toda a colaboração, tanto nos

objectivos como nos programas, tendo ambas as equipas assumido esta necessidade, que está a ser verificada na Comissão Técnica de Acompanhamento.

Bugas. Na falta de dinheiro, de grandes meios, nós apresentámos um pré projecto para o estudo de revitalização da Buga e foi submetido e aprovado ao líder do projecto europeu “smarketing” bem como Orçamento proposto, cujo calendário será nos anos de 2013 e 2014. Semana Europeia da mobilidade. Foi uma boa informação, foi um bom trabalho desenvolvido de 16 a 22 de Setembro, é o nosso, foi o nosso, a cidade de Aveiro recebeu a confirmação oficial da sua inscrição na “European Mobility Week” – semana europeia da mobilidade no dia 6 de Setembro, conforme podemos demonstrar. Apesar do EuroCitys não fazer diferença, inscrevemo-nos enquanto simpatizantes, uma vez que não quisemos comprometermo-nos a adotar três medidas permanentes durante esta semana. Aveiro está a desenvolver o seu Plano Municipal de Mobilidade, bem como a região de Aveiro está a fazer o Plano Municipal de Mobilidade, ambos apresentarão os seus planos de acção no final deste ano. Nunca em nenhuma das semanas europeia de mobilidade, em qualquer ano desde 2000, dia sem carros, Aveiro adotou qualquer medida permanente durante esta semana. Pela primeira vez no programa 2012, foi considerada uma medida permanente. Sinalização pedonal, rede sênsil. A primeira fase de instrução dos diretórios, mapas pedonais em cinco localizações, Hospital, Rossio, Largo Maia Magalhães, Estação CP e Centro Cultural e de Congressos. A segunda fase até ao final de 2012, será instalar as setas direccionais. Avançando na direção certa, foi o tema que escolhemos para 2012, foi plenamente cumprido, uma vez que mais que uma festa efémera de fechar uma rua, introduzimos junto dos munícipes mensagens de desafio, sensibilização e consciencialização de que todos somos peões para uma alteração permanente dos hábitos urbanos.

Foi aqui dito que o Orçamento Participativo teve pouca participação. Não sei onde é que foram buscar estes elementos? Um dado curioso é que os seiscentos e dezasseis votos válidos no OP de Aveiro são mais de um terço do número de votos que o BE obteve nas eleições autárquicas para a Câmara Municipal de Aveiro em 2009! Sendo que este é um dos primeiros nacionais, o primeiro distrito e logicamente uma novidade do concelho.

Saudar aqui a minha colega Teresa Christo, porque ela numa fase importante do processo, deu uma boa ajuda, apareceu às Sessões das Freguesias e tal, e esse aspecto é um aspecto que nós devemos realçar.

Revisão do PDM, conclusão do processo. Estas questões foram levantadas por dois especialistas que aqui temos, o Arquitecto Paulo Anes e o Dr. Marques Pereira. Foram publicadas recentemente alterações legislativas ao regime jurídico da reserva ecológica nacional, as quais determinaram retrocessos importantes na elaboração da revisão do PDM, uma vez que implicam novas delimitações da REN, com base em novos critérios.

Neste sentido a CCDRC, está a solicitar às Câmaras Municipais, cujas revisões dos PDM's estão mais avançadas (que é o nosso caso) com propostas de REN já em fase de exclusão, que concluam a elaboração. Nós nesta fase já temos a colaboração de todas as unidades funcionais, o próximo passo é reunirmos com todas As Juntas de Freguesia para ver se actualizamos, se a nova realidade com as limitações impostas, se está tudo bem, se há alguma coisa que possamos fazer no sentido de a melhorar.

PECA - Plano Estratégico da Cidade de Aveiro, é um documento chave em todas as fases de desenvolvimento e que nós temos sempre à mão quando temos de tratar de aspectos relacionados com desenvolvimento.

Pavimentações, eu posso querer muitas pavimentações, mas não faço as que quero. Nunca fiz as que quero. As disponibilidades e o executivo é que tem que se pronunciar. De qualquer maneira caro amigo, dizer-lhe, que nós temos seiscentos e dez quilómetros de vias sobre a nossa responsabilidade. É muito quilómetro. Ainda possuímos cerca de trinta quilómetros de estradas nacionais, onde estão contabilizadas as auto-estradas SCUTT's, variantes, etc.,. Nós temos um conjunto de pavimentações previstas para este ano. As pavimentações nas Gops,

metidas nas Gops, outras pavimentações, pavimentações nas Juntas de Freguesia. Teremos cerca de cem pavimentações nestas três vertentes. Se nós conseguíssemos fazer metade creio que era francamente bom.

Nós, com a experiência que temos, conhecemos zonas críticas de Aveiro e há dias foi uma Reunião de Câmara, perante o discurso sempre derrotista que a oposição faz e que faz o seu papel e a gente compreende, dizer cada vez pior é o que a oposição deve dizer e portanto nós compreendemos isso. De vez em quando aparecem alguns sinais que nos animam e que nos dão algumas, enfim, dão-nos esperança e dão-nos condições para fazermos as coisas, continuarmos a trabalhar na tentativa de fazermos melhor serviço, prestarmos melhor serviço aos aveirenses. Dizer-vos que, dar-vos uma nota que eu acho que é importante sobre o Parque da Sustentabilidade. O responsável pelo Parque da Sustentabilidade é o Dr. Pedro Ferreira, ele não está aqui hoje, mas eu acho que ele não me leva a mal, se eu disser o que penso do Parque da Sustentabilidade. Eu há dias fui dar uma volta ao Alboi e vi a qualidade da empreitada que lá está e a forma tecnicamente correcta, muito correcta, como aquele empreiteiro está a trabalhar. É impressionante o modelo de calçada que está instalado! Convido os Senhores a darem uma volta ali e verem, é impressionante a qualidade de calceteiros que tem e de facto o trabalho que estão a fazer. Continuo a dizer que o Parque da Sustentabilidade é uma revolução. É uma relação com 15 empreiteiros e todos nós sabemos como a vida está difícil para toda a gente e também está para os empreiteiros. Não há nenhum empreiteiro que avance para uma empreitada da Câmara de Aveiro, que não tenha questões pendentes. Que não tenha questões pendentes e por mais que nós tentemos actualizar as empreitadas e actualizar as empreitadas, por vezes temos desgostos e temos empreiteiros que caem. Mas continuamos com esperança para que isso seja feito e que em Maio esteja concluído e esteja tudo em ordem. Temos algumas visões diferentes, temos alguns problemas diferentes. Eu tenho uma opinião, outras pessoas têm outras e se calhar a delas é melhor do que a minha. Eu acho que foram publicadas fotografias sobre o Parque Infante Dom Pedro, que era um verdadeiro estaleiro. Reúno com os técnicos, falo com os técnicos, então mas porque é que não fechamos? Se estamos em obras, porque é que não fechamos o Parque? Mas há quem me diga assim – não, mas se calhar somos criticados por fechar. Se calhar mais vale estar aberto, há atravessamentos que têm que ser feitos, há situações que têm que ser feitas. Eu continuo a dizer que vi esta confusão hoje da Rua João Mendonça. Eu não tive possibilidade nenhuma de lá ir, o Dr. Pedro Ferreira adoeceu, isto complicou-se. Mas é uma questão que vai ser ultrapassada e que vai ser bem ultrapassada, porque as pessoas se estiverem presentes outras experiências, creio que aceitam o trabalho que está a ser feito e a obra que está a ser feita.

Desporto, nós somos uma das cidades mais importantes em termo de realizações desportivas. Há quem diga e ponha questões da Volta a Portugal, talvez não seja muito importante, são opiniões. é um desporto popular e nem sempre há condições para que haja uma paragem em Aveiro, mas é um desporto muito popular e também é importante numa altura em que Aveiro tem muita gente, mas nós temos uma cidade linda e temos condições excelentes para provas de triatlo e nós somos a cidade campeã em provas de triatlo. Nós realizamos triatlo em Aveiro, realizamos triatlo em São Jacinto e a Federação Portuguesa de Triatlo, tem grande conceito, pela nossa Divisão de Desporto, pela nossa equipa toda que trabalha e por vezes temos estas referências, porque temos uma boa equipa técnica, temos autarcas interessados, empenhados e que não se deixam ir abaixo por maiores que sejam as críticas. Meus Senhores provavelmente não teremos oportunidade de conversar mais, um Bom Natal para todos vós e que corra tudo bem.”

Presidente da Câmara:⁰⁹⁹

“Notas finais. Farmácia de Eixo, estamos naturalmente solidários com a luta da Junta e com as preocupações aqui expressas. As farmácias são um equipamento essencial para a

qualidade de vida das pessoas, e o que seja necessário, estaremos disponíveis para prestar o apoio possível.

Quanto ao ruído dos bares, esta é uma preocupação, sistematicamente, aqui expressa ao longo dos anos — faltava aqui uma solução. O problema era detectado, toda a gente, enfim, descobria o problema e aí andamos este tempo todo e acreditamos que o Regulamento do Ruído que está já agendado para esta Assembleia e que irá ser discutido numa das próximas Reuniões desta Sessão, não vai resolver o problema mas irá minorar muito o problema. Com a instalação dos sonómetros, passa a ser obrigatório nos bares, passa a haver um controle quer de proximidade, quer um controle remoto, em relação à intensidade sonora e ao ruído produzido por cada bar, que acreditamos que irá minorar o problema.

Quanto à questão do cruzamento da Fonte da Bica, em Nossa Senhora Fátima, aquele drama que lá aconteceu, não vamos fazer a história, mas ele tem muitos anos, se calhar somos todos culpados. Começou a culpa há trinta anos quando foi feita a variante e enfim não foi possível concretizá-la na altura conforme estava previsto — o importante aqui é encontrar soluções. Nós temos tido o envolvimento excelente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, tivemos já diversas reuniões ao longo dos anos em Lisboa, em Almada, com as Estradas de Portugal, o estudo que se aponta inclusive das Estradas de Portugal já cá tinham vindo antes deste acidente ver a situação, o estudo está já adiantado, mas com a conclusão do estudo e com as burocracias todas que a EP tem que cumprir para concursos, para aquilo tudo, não é previsível que sempre um ano, ano e meio, até a implementação da solução final, que prevê a construção de três novas rotundas, para além da que está prevista no âmbito do projecto da nova via da Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológico. É dentro de um ano, ano e meio, essas rotundas a EP estará a construí-las. Entretanto dada a gravidade da situação e dada a pressão que tem sido feita, a EP está a ultimar o estudo para a instalação até à implementação do estudo de semáforos nesse cruzamento, chamado cruzamento da fonte da bica, com viragens à esquerda, e também com uma viragem à esquerda mais acima ou mais a norte para a Rua de Aveiro. É a solução que irá (acreditamos) a médio prazo ou a curto prazo, dois meses, três meses a ser implementada pelas Estradas de Portugal. É temporária, é apenas para salvaguardar a segurança das pessoas durante este período, até que as obras, entre um ano, ano e meio venham a ser realizadas.

Quanto ao Pacote Fiscal. Ouvimos muitas versões. Se onera ou não, se onera ou se alivia os aveirenses? Especificamente em relação ao IMI, para não complicar muito as contas, nós, executivo municipal, com o enquadramento legal que tinha-mos ao apresentar uma proposta de IMI em Reunião de Câmara, podíamos ter optado numa taxa que se situaria entre os 0,30 e os 0,50. Portanto aqui tínhamos margem para poder escolher. E na altura solicitámos aos serviços informações, se a nossa decisão fosse 030, qual era a previsão de receitas, já com as actualizações, isto é, quanto é que em 2013 com uma taxa de 030, os cidadãos, os aveirenses, iam pagar de IMI? E o valor que nos dão é de doze milhões já com actualizações, já com tudo.

A previsão de valores, se a nossa decisão, se a decisão depois da Assembleia Municipal para os aveirenses pagarem for 030, teriam que pagar doze milhões. Se fosse 040, tinham que pagar dezasseis milhões, cerca de dezasseis milhões e quatrocentos, que os aveirenses iriam ter que pagar. E se a nossa decisão fosse 050, o valor a ser pago pelos aveirenses de IMI em 2013 seria de vinte milhões e meio.

Estas são as estimativas, são os números que os serviços nos prepararam e é em função destes números que nós tomámos a decisão e que nós propusemos aqui à Assembleia Municipal, que ratifique os 030 que foram propostos.

Portanto há claramente entre os 030 e os 050, na estimativa de encargos que iriam ser transportados para os cidadãos, uma redução só no IMI de cerca de 8 milhões e meio no ano de 2013.

Portanto penso que se houvesse alguma dúvida, se estamos a aumentar ou onerar ou a aliviar no essencial o município naquilo que era uma decisão que podia ter tomado, uma decisão que tem sido seguida e não é por outros municípios, não tenho nada a ver com isso, cada um toma as suas decisões, se nós tivéssemos optado pelos 050, significava que desta forma ao não ter optado pelos 050 e pelos 030, abdicámos pelo menos só no IMI de oito milhões e meio.

Com uma nota que não temos referido, é que é possível também no ano de 2013, no âmbito das Freguesias mais periféricas, e referimos aqui Nossa Senhora de Fátima, Nariz, Requeixo, Eirol e São Jacinto, é possível ainda e vai acontecer ainda um abatimento de mais 20% em relação ao valor do IMI. Nesses casos, e no fundo procurando dar resposta também àquilo que é uma necessidade de ajudar essas zonas em termos de desenvolvimento.

Como é que se reduz em três milhões neste período? Com poupança, com esforço, fazendo muito menos do que aquilo que nós todos gostaríamos que se fizesse e fundamentalmente gastando menos do que aquilo que recebemos, não há outra forma de ter esses resultados.

Quanto ao Orçamento Rectificativo. Eu penso que falaremos sobre ele na altura, penso que é já na próxima Assembleia Extraordinária que vai falar sobre isso, penso que nos fará mais sentido falarmos sobre esse assunto nessa altura.

Quanto à saída e à entrada na A25. O INIR ficou finalmente esta semana de nos fazer chegar o parecer final. Há o envolvimento também directo das Estradas de Portugal, para ver se nós conseguimos fechar finalmente esse assunto, até porque amanhã já é o penúltimo dia da semana, para ver se temos essa resposta.

As questões sociais, as questões dos acórdãos de pagamento, são questões naturalmente que estão no centro das nossas preocupações e na discussão das GOPs — isso irá sobressair.

Quanto à questão dos dejetos caninos. Estar ou não estar na Comunicação é sempre subjectivo. Eu acredito que é um assunto importante. Tem sido aqui colocado muitas vezes e se não fosse importante o Senhor Presidente da Junta da Vera Cruz, com a oportunidade que se lhe reconhece, nunca tinha colocado aqui o assunto tantas vezes como já colocou e é um assunto mais importante do que parece. Portanto tudo o que se faça nesta área parece-nos importante.

Quanto aos mega Agrupamentos e aos ajustamentos necessários. Amanhã a Reunião de Câmara vai já esse assunto para análise, onde está agendado para ser analisado, de seguida com o avanço deste processo, desta preparação também da nossa realidade, em termos de infraestruturas educativas, àquilo que é a nova realidade legal do alargamento da escolaridade mínima obrigatória, com mais os elementos dos Censos que já estão publicados, para podermos trabalhar na actualização da Carta Educativa.

A nova via de acesso à Unidade de Tratamento Mecânica ou Biológica (UTMB). Depois dos dramas da complexidade de um processo destes, destes 128 negociações e disso tudo encerrado, tudo pago, tudo resolvido, já começaram as obras penso que há oito dias. Elas estão a começar. Se passarem por lá já estão a avançar a caminho da variante. A previsão é entre quatro a seis meses, que esteja a rua, toda ela concluída e a funcionar.

A corrida solidária “Bosch” é naturalmente para continuar. Desta vez devido à lesão arreliadora que eu tive, não pude participar, mas na próxima lá estarei.

Por último que não em último, Cidades Inteligentes. É só uma nota e o Prof. António Coimbra ilustrou aqui a questão, nós não somos aquilo que pensamos que somos. Nós somos aquilo que os outros pensam que nós somos.

Isto aplica-se a cada um de nós, aplica-se também às comunidades, aplica-se aos concelhos e aplica-se às cidades. É natural que na análise que nós façamos sejamos tão próximos, tão em cima da árvore que não consigamos ver a floresta e foi interessante e naturalmente que nos encheu de particular alegria o facto de ter havido uma entidade externa, estranha, que não conhecemos, nem nunca tivemos nenhuma relação com ela, que tenha desenvolvido um estudo comparativo em termos de vinte e cinco cidades no nosso país, englobando essas vinte e cinco cidades, aquelas que aparentemente serão as maiores cidades, Lisboa, Porto, Vila

Nova de Gaia, Coimbra, Aveiro, Amadora, portanto um conjunto de vinte e cinco cidades, que foram ponderadas em função de múltiplos critérios e múltiplas áreas e é com particular satisfação, que fomos convidados a ir depois à entrega dessas distinções a Lisboa e que verificámos que Aveiro integra o honroso e distinto role das cinco cidades mais inteligentes do nosso país, nesse estudo feito pela entidade.

E muito mais há, quando áreas específicas, em que por exemplo na questão da simplificação e na desburocratização no relacionamento com os utentes e os cidadãos, Aveiro está mesmo em primeiro lugar a nível nacional — acho que é fantástico.

E em diversas outras áreas, em diversos outros itens, Aveiro está quase sempre em segundo lugar. As cidades vão trocando, mas Aveiro está quase sempre em segundo lugar, nomeadamente em termos de participação cívica, contrariando o que é dito sistematicamente, quando se comparam estas vinte e cinco cidades, estes são os resultados avaliados então por alguém de fora, isto é, estamos na linha da frente e deixa-nos felizes.

Eu queria agradecer aqui aos Vereadores, aos nossos técnicos, aos nossos funcionários, ao Movimento Associativo Social Educativo, a todos os que conseguiram com o seu trabalho levar-nos a que os outros nos coloquem neste lugar, de sermos uma das cidades mais inteligentes do nosso país, e é isso que à luz do que os outros pensam, é isso que nós somos. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa¹⁰⁰

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:¹⁰¹

“É naturalmente motivo de regozijo para todos os aveirenses, independentemente das suas cores partidárias, quando estes índices acontecem e se eles forem de facto sustentados não temos razão nenhuma para achar o contrário.

Mas lembrava só que há poucos meses, nem há seis meses, saiu o índice das cidades com melhor qualidade de vida em Portugal. E Aveiro passou de 4.º para 11.º! E não me lembro, não me lembro, de ter havido aqui uma forma de enaltecer essa notícia quando na realidade estivemos várias vezes posicionados nos primeiros três, quatro, cinco lugares e baixámos no índice de 4.º para 11.º. Nessa altura, o Senhor Prof. Manuel António Coimbra esqueceu-se de falar sobre o ranking. Muito obrigado.”

Vogal Manuel Vieira dos Santos (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:¹⁰²

“Senhor Presidente, deixei a minha pequena intervenção para esta segunda parte, porque pensava que o presidente de Junta de Eixo ia aqui estar presente, e ao qual eu lhe tinha dado umas fotos derivado aos estragos da UTMB – a miséria que enviaram para a minha freguesia!? Enfim, ficámos com uma vontade de viver naquela freguesia que é excepcional.

Mas para vos dizer aqui de umas frases do email enviado para o senhor Eng. Rebanda e só leio esta porque depois é melhor falarmos isto na Câmara por causa dos graves problemas que se passam em Eirol e por causa desta Unidade. É que a Câmara nada me tem respondido, nada me tem resolvido de concreto. Cito: “qual é a razão da existência de uma válvula do sistema de recolha de lixiviado estar a dar descarga para uma linha de água.”

Eu lembro aqui, para quem desconhece, que essa linha de água descarga na Ribeira de Horta. Este é um assunto que devia ser tratado, talvez em conjunto com o Presidente da Junta de Eixo, que por acaso não está e como tal deixo só levantada esta situação. Se quiserem as fotos eu depois posso facultar. Obrigado.”

Da Câmara Municipal
Presidente da Câmara¹⁰³

Não havendo mais intervenções, o presidente da Mesa deu por encerrada¹⁰⁴ a primeira reunião da Sessão Ordinária de Dezembro, informando que nos termos regimentais irá seguir convocatória com a data da próxima reunião da Sessão.

Eram 01:30 horas do dia 20 de Dezembro de 2012.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(5:00)